

DEPOSITO LEGAL
-O. ABR. 1976

Poder Popular

Director: Eduardo Ferro Rodrigues

Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I Nº 33

17 a 23 de Março de 1976 Preço 4\$00

Apesar da demagogia eleitoralista dos que querem dividir o povo



***Os trabalhadores
unem-se
e lutam
contra a exploração***



a candidatura do Poder Popular!

11 de Março — um dia de luta

manifestação promovida pelo CLARP

O dia 11 de Março passado foi um dia de luta.

Convocada pelo CLARP realizou-se uma comitiva - comício junto ao Ralis que, a despeito da quase inexistência de propaganda reuniu alguns milhares de antifascistas e revolucionários.

José Afonso abriu o comício entoando uma

canção de combate e resistência, tendo-se seguido a intervenção de um ex-soldado do Ralis.

Tomou em seguida a palavra uma camarada que lembrou o apoio dado pelo Ralis às lutas operárias simbolizando no juramento revolucionário ali realizado, intervenção que a seguir transcrevemos:

Faz hoje um ano que o povo trabalhador tal como no 28 de Setembro se uniu e organizou barrando o caminho ao fascismo.

No entanto, muitos dos fascistas nunca foram desmascarados e, gozando da liberdade que agora negam aos militares revolucionários, preparavam na sombra o golpe do 25 de Novembro. Nessa altura os laços do capital não hesitaram em atirar sobre os soldados do Ralis que foram vítimas das suas balas assassinas.

E porquê camaradas escolheram eles o Ralis?

Porque eles sabiam que o Ralis estava ao lado do povo. Como o povo esteve ao lado do Ralis no 11 de Março.

Eles sabiam que os soldados do Ralis eram alia-

dos dos operários e do povo na luta contra os patrões exploradores e na defesa das ocupações de casas.

Camaradas:

Depois do 11 de Março a aliança do povo trabalhador e do povo fardado, fortaleceu-se e os soldados do Ralis, da PM e todos os outros compreenderam que sempre estiveram e estavam ao lado dos trabalhadores.

Por isso não podiam aceitar a disciplina militarista que lhes era imposta pelo RDM fascista. Tinham de se organizar e recusar o exército que serve os interesses da burguesia que agora cada vez mais estão interessados em reforçar.

Compreenderam notadamente os oficiais e soldados progressistas, a quem

hoje a direita acusa de contra-revolucionários.

Por isso, camaradas, o juramento de bandeira dos recrutados do RALIS foi o da bandeira dos explorados e oprimidos e não o da bandeira do capitalismo e do fascismo!

Por isso, camaradas, os oficiais reaccionários tiveram de o negar para não se negarem.

Mas enquanto os militares revolucionários lutavam ao lado dos soldados e do povo, a direita civil tentava dividi-lo e a direita militar conspirava na sombra.

E quando, por fim, a direita consumou o seu golpe, apressou-se a prender Dinis de Almeida, Otelo e muitos outros militares e civis antifascistas e revolucionários.

E, camaradas, não hesitou em caluniá-los! Não hesitou em inventar a montanha de calúnias e mentiras que fazem parte do Relatório do 25 de Novembro.

Camaradas:

Para comemorar a vitória do 11 de Março é não aceitar a derrota do 25 de Novembro, é defender as conquistas dos trabalhadores, é defender o controle operário e a reforma agrária,



é lutar contra os despedimentos e o aumento do custo de vida. é reforçar a organização popular, as Comissões de Trabalhadores e as Comissões de Moradores.

E, camaradas, é também lutar pela libertação e reintegração de todos os antifascistas e revolucionários!

Libertação imediata dos antifascistas presos!

E porquê, camaradas? Porque continuar a lutar pela sua libertação?

É que, camaradas, a direita militar e civil usou como moeda a libertação de militares revolucionários em troca de centenas de «pides», dos fascistas como Kaulza de Arriaga, e dos implicados no 11 de Março.

Pides para a prisão, revolucionários libertação!

Mas camaradas, continuam presos civis e milita-

Finalmente interveio um membro do CLARP que alertou o Povo português para a situação que vivemos:

Hoje, a tese do golpe da extrema-esquerda é cada vez menos lembrada mesmo pelos seus próprios monitores.

A verdade vem naturalmente à tona na boca dos reaccionários, como no caso de Amaro da Costa do CDS na televisão; em que aliviado constatava que os «mafefios» do 11 de Março tinham sido completa-

res da PM e dos páras-entretoutos!

E os trabalhadores não podem consentir isso, camaradas. A luta tem de continuar, os trabalhadores têm que dizer NÃO aos reféns da direita civil e militar!

É, como o disseram os soldados do RALIS no seu juramento, a luta «contra o imperialismo, pela democracia e poder para o povo, pela vitória da revolução socialista.»

Soldados sempre, sempre ao lado do povo!

mente anulados, o socialismo «apeado», e a «democracia» garantida após o dia 25 de Novembro.

E enquanto o comício decorria afastado de 100 regulamentares metros de um quartel que entrou já na longa história da luta de libertação dos trabalhadores portugueses, algumas figuras comprimiam-se contra os muros do Ralis — eram os soldados da unidade hoje de novo separados à força do povo a que pertencem...

RETORNADOS

há que distinguir entre exploradores e explorados

Quando se fala de retornados, há uma distinção fundamental a fazer:

— De um lado, os empresários e os comerciantes gananciosos, que exploravam o «preto», e que se aproveitavam do sistema colonial para sugar o sangue e o suor dos povos africanos com vista a amealhar os seus lucros fortunas;

— do outro lado, os trabalhadores, e os funcionários honestos, aqueles que em Angola e Moçambique desenvolviam uma actividade decente e que até muitas vezes eram explorados pelos primeiros.

Esta distinção é preciso fazê-la relativamente à posição que os retornados ocupavam nas colónias, mas sabendo que a diferente posição de classe tem os seus reflexos agora na antiga Metrópole: enquanto uns tantos se passeiam ostensivamente em automóveis de luxo, tendo conseguido pelos métodos mais sujos trazer as suas riquezas para Portugal, uma grande parte

está na miséria e numa situação de inteira dependência.

As forças reaccionárias procuram que os retornados se apresentem como um grupo homogêneo e coeso para melhor os poderem manipular, para servirem como grupo de pressão os interesses dos ricos. Cabe a quem trabalha honestamente recusar essa instrumentalização, organizarem-se autonomamente e descobrir que os seus interesses são comuns aos dos trabalhadores portugueses, participando das suas lutas contra as injustiças e desigualdades do sistema capitalista. As duras condições para que foram atirados fará com que adquiriram a consciência da exploração a que foram sujeitos e da manipulação que procura prolongar essa sujeição.

ENVOLVIDOS NA TEIA DA IDEOLOGIA COLONIALISTA

Outro aspecto decisivo a esclarecer é o facto de muitos dos actuais retornados terem sido en-

ganados e por isso conduzidos pelas forças da reacção para uma situação de infelicidade.

— Foram enganados em primeiro lugar quando se deixaram envolver pela ideologia colonialista, desprezando os africanos, os seus valores, a sua cultura, a sua capacidade para tomarem conta dos seus destinos, a profunda justiça da causa porque lutavam. Estas ideologias colonialistas contaminou até muitos africanos que, intoxicados pelo ambiente colonial fascista, não souberam ver as potencialidades criadoras do seu próprio povo e foram empurrados para concepções de vida burguesas, adoptando o figurino europeu para melhor se promoverem socialmente, e tornando-se muitas vezes carrascos dos seus próprios irmãos de cor. A integração destes elementos na sociedade colonial e a ambição de que se deixaram possuir tornou-os cegos para as novas realidades e para a justiça da causa dos Movimentos de libertação, que

também classificavam de terroristas.

— Se foram assim enganados ao longo de todo o regime colonial, foram-no de novo durante a fase de descolonização, deixando-se manipular pelos piores agentes da opressão e da exploração: os «pides», os militares e funcionários fascistas, os comerciantes gananciosos, os traficantes de todas as cores. Continuando a ver os movimentos de libertação como terroristas, acreditaram estar aí os inimigos irreductíveis que era preciso combater e, no caso daqueles levarem a melhor, a única solução seria fugir. Muitos foram assim empurrados para o apoio aos grupos fantoches — tanto os que já tinham sido criados para defenderem o imperialismo, como os da última hora, formados à pressa para barrarem o caminho aos movimentos de libertação.

Uma informação objectiva e um mínimo de formação política teria mostrado a esses trabalhadores ou funcionários honestos que o direito ao

trabalho na terra onde labouravam só poderia ser defendido por aqueles que tudo arriscavam para derrubar o colonialismo e abrir caminho a uma sociedade nova, liberta da opressão e da exploração. A identificação cega desses trabalhadores com os interesses daqueles cujo único objectivo era a pilhagem das riquezas do País levou-os a atitudes de histeria colectiva contrários aos seus verdadeiros interesses de classe e que terminariam numa fuga em circunstâncias muitas vezes dramáticas.

OS TRABALHADORES-RETORNADOS NA LUTA PELO SOCIALISMO

Muitos dos chamados retornados estarão agora a compreender, depois das vitórias da Frelimo e do MPLA, como foram enganados. Honestos trabalhadores ou funcionários, vem-se de repente atirados para o desemprego e para o exílio, só porque deixaram que os seus interesses e aspirações fossem

identificados com os daqueles que partiram para as colónias só para explorar e para oprimir com o fito da riqueza. Muitos deles teriam certamente lugar nas novas sociedades que estão a construir-se com base na luta pela dignificação do homem. Talvez alguns possam ainda regressar para retomarem um trabalho honesto, agora enquadrado numa perspectiva revolucionária. Mas, para aqueles cujo regresso seja impossível, o lugar desses trabalhadores em Portugal não pode ser do lado dos que pretendem restaurar no nosso país as antigas condições de exploração e opressão do povo trabalhador. A sua dura experiência ter-lhes-á aberto os olhos para verem que o seu lugar é ao lado dos seus irmãos de classe, daqueles que aqui lutam contra um sistema injusto para construir uma sociedade conduzida pelos trabalhadores, donde sejam banidas a exploração e a opressão, em suma aqueles que lutam pela sociedade socialista.

Lutar em todas as frentes!

As movimentações de trabalhadores que se vêm desenvolvendo nas últimas semanas nas grandes cidades e nos campos do Sul mostram que os explorados e oprimidos não estão dispostos a permitir de braços cruzados que a crise económica capitalista seja resolvida à custa do agravamento da situação do Povo, à custa da intensificação da exploração e da repressão do proletariado e dos seus aliados.

Assim, em dezenas de fábricas e empresas, sucedem-se as greves e as paralizações de trabalho, enquanto que sectores profissionais em luta por contratos colectivos preparam activamente a resposta organizada ao plano de salvação económica do capitalismo.

A burguesia mostra não ter ainda todas as condições políticas para o estrangulamento das lutas dos trabalhadores. Dividida, sem um projecto unificado de regime para impor a sua lei, a burguesia, apesar do golpe anti-popular de 25 de Novembro, não conseguiu ainda aniquilar a vontade de combate da classe operária e do Povo. Os Partidos burgueses, em vésperas de campanha eleitoral, atacam-se mutuamente, pretendendo cada um deles mostrar ter na manga a salvação dos lucros dos patrões, procurando todos provar que está nas suas mãos a maior capacidade de venda da nossa Pátria aos imperialistas Europeus e Americanos. À volta da questão da Presidência da República, o conflito no seio da burguesia e dos seus partidos agudiza-se, com expressão no Aparelho Militar, onde os fascistas vão pescando nas águas turvas, preparando-se claramente para um golpe violento capaz de varrer o terreno e permitir a recuperação total do capitalismo e do imperialismo. A teia ideológica que a burguesia vai construindo com o seu arsenal

de propaganda, para preparar uma nova iniciativa golpista, inclui as mais incríveis aldrabices, como a célebre inventona dos «cubanos», história da carochinha para enganar incautos, mais descarada que a tradicional vigarice do «vigésimo premiado». Enquanto a social-democracia portuguesa, sem projecto nem programa que não seja o de colocar Portugal inteiro de chapéu na mão perante os patrões europeus, procura pela realização de encontros no nosso país entre os chefes da Europa Capitalista, arrogar-se de uma força que não possui, fascistas e fascizantes e seus Partidos vão preparando o caminho para a institucionalização da violência terrorista da burguesia e dos seus lacaios sobre o povo trabalhador da nossa pátria.

As semanas e meses que se seguem são de enorme importância para as massas populares. Ou os trabalhadores conseguem ligar consequentemente a sua luta económica à luta política global, organizando a resistência e preparando uma nova ofensiva de massas, e o Fascismo não passará, ou, embarcando no eleitoralismo estreito e no economicismo tradicional da estratégia reformista do PCP facilitarão o regresso do regime fascista, a coberto de frases ocas sobre a unidade com os sociais democratas ou do apoio ao fantasma do MFA!

Deste modo as eleições burguesas para o Parlamento serão um momento importante de reorganização e reagrupamento das forças populares se as posições revolucionárias sobre a unidade e a resistência conseguirem sobrepor-se às teses revisionistas que procuram convencer os trabalhadores de que a «utilidade» do voto se mede pelo número de parlamentares reformistas eleitos, alimentando assim as ilusões pequeno-burguesas sobre a possibilidade de um regime social democrata em Portugal.

Nesta fase de luta, em que a resistência popular à ofensiva burguesa se começa a fazer sentir um pouco por todo o lado, há que desenvolver um largo esforço para que se organize a resposta popular à ameaça fascista, erguendo uma sólida muralha à volta dos órgãos de Poder Popular, nas fábricas, campos e bairros. Há que conseguir impor na base, nos locais de trabalho e de habitação, a unidade revolucionária que as cúpulas de certas organizações não permitiram. Há que desenvolver frentes de base, apertadas e de massas, capazes de conduzirem à criação de uma poderosa frente de massas anti-fascistas e anti-capitalista.

O papel do MES nas eleições será virado para a organização da resistência popular. Mas não desprezaremos a importância de eleger deputados revolucionários, homens que no Parlamento sirvam as lutas do nosso povo e contribuam para a vitória delas. Aos reformistas que nos acusam de divisão do voto, responderemos afirmando bem alto que para as massas trabalhadoras é muito mais importante haver no Parlamento um deputado revolucionário do que cinco reformistas enredados na lógica parlamentar da burguesia.

A luta de classes não pára, apesar de golpes militares ou farsas eleitorais. O futuro é da classe operária, pertence ao povo trabalhador e não aos exploradores ou aos imperialistas. Temos de combater duramente para que esse futuro se aproxime com rapidez, para que o terrorismo fascista não torne a pôr as suas patas sanguinárias em Portugal.

UNIDADE DO POVO CONTRA O FASCISMO PELO PODER POPULAR
A LUTA CONTINUA! RESISTAMOS E VENCEREMOS!

Contra a "mentira oficial" ergamos a Imprensa Popular!



Movimento Comunista

RESISTÊNCIA POPULAR Nº 1

BOLETIM DO NÚCLEO DE SACAVÉM DO MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA

COMO VIVEM OS TRABALHADORES?

Decorridos quase dois anos após o 25 de Abril podemos perguntar que tem feito os vários Governos Provisórios ditos «defensores do povo trabalhador» para melhorar as condições de vida desse mesmo povo?

A resposta a esta pergunta todos os explorados e oprimidos a sabem, pois sentem-na na carne.

Em Sacavém, na estrada que dá acesso a Unhos existe um bairro de lata — «Torre».

Falando com uma das moradoras, fizemos-lhe algumas perguntas, às quais respondeu prontamente.

Esta família é composta por sete pessoas, pai, mãe e cinco filhos, um dos quais com 16 anos está na prisão, acusado de roubo. Os outros, um tem tres anos, outro 10 anos e duas miúdas que acabaram a instrução primária, mas como não tem posses para estudar e como há falta de empregos estão em casa a ajudar a mãe.

8 A barraca em que habitam tem apenas tres pequenos cubículos e uma cozinha igualmente pequena, não tem água em casa tendo de ir buscar a um chafariz, não tem esgotos, existe uma pequena pia à laia de casa de banho.

E é aqui nesta miséria que habitam seis pessoas, pois o ordenado que tem não dá nem para comer.

Até quando a classe operária, os que tudo produzem, continuarão a viver como animais?

O povo trabalhador tem todo o direito a viver condignamente e para isso é preciso lutar, criando comissões de moradores verdadeiramente representativas, que não se limitem a palavras, mas sim a actos.

Poder Popular

6 meses 100000 12 meses 200000
apoio 400 000
estrangeiro Europa 500000

Nome _____
Morada _____
Profissão _____
jornal semanal — todas as 4.ª feiras
Propriedade: _____
do Movimento de Esquerda Socialista
Administração - Redacção
Av. D. Carlos I - 128, Lisboa
telefone 01 26 83 41907

Composição e impressão
Renaissance Gráfica, S.A.R.L.
Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa



FRENTE DE RESISTÊNCIA POPULAR

S. João da Madeira

MANIFESTO APROVADO POR TRABALHADORES DAS FÁBRICAS:

Oliva, Molaflex, Baratas, Flexitex, Almeida & Matos, Marques & Freitas, Realex, Somical e Almeida Bastos Valitex.

Aos operários, aos trabalhadores, a todos os explorados e oprimidos

As conquistas revolucionárias dos trabalhadores estão em perigo!

Após o 25 de Novembro a burguesia recupera dia a dia as posições que tinha perdido, na tentativa de esmagar as conquistas que a classe operária e as massas trabalhadoras juntamente com os soldados, marinheiros, oficiais e sargentos revolucionários, duramente conquistaram com a sua luta.

Até ao 25 de Novembro, os trabalhadores encontraram nos militares revolucionários um apoio decisivo para o avanço da sua luta contra a exploração capitalista e pelo **socialismo**.

Agora, apesar de presos e perseguidos muitos desses militares e atacada a organização democrática dos soldados nos quartéis, a **luta continua**, mas em condições novas e mais fiáveis.

As forças ligadas ao capitalismo ocupam fortes posições nos quartéis, no Governo, em todo o lado. Incapazes de enganar os trabalhadores com falinhas mansas, começam já a mostrar a sua verdadeira face usando a repressão e agravando a exploração como forma de manter e aumentar o seu domínio sobre todos os explorados.

Assim que os capitalistas avançam, sobretudo em quatro frentes.

Destruição violenta da resistência dos trabalhadores

Organizam os meios necessários para destruir violentamente a resistência dos trabalhadores. Pndem saneiam e perseguem militares que sempre estiveram ao lado do Povo contra a exploração; calam pela força a voz dos soldados, trabalhadores fardados, impondo uma disciplina de tipo fascista dentro dos quartéis; reforçam, em homens e em armas, forças de repressão como a GNR e PSP;

atiram a matar até sobre crianças como aconteceu em Custóias. Os terroristas do ELP e CIA, lançam bombas contra trabalhadores, revolucionários e organizações populares.

Recuperar os lucros e privilégios

Procuram pôr de novo a funcionar em cheio a economia capitalista para recuperar os lucros fabulosos e os privilégios à custa da feroz exploração sobre os trabalhadores. Despedem trabalhadores, congelam salários, aumentam os preços, para serem os trabalhadores a pagar a crise dos patrões. Combatem a Reforma Agrária no Sul e negam-na aos camponeses pobres do Norte, fortalecendo o papel dos intermediários parasitas. Abrem descaradamente as portas aos capitais trazidos pelo imperialismo, vendendo a nossa independência nacional.

A mentira organizada

Assaltam jornais, a Rádio e TV para tentar enganar, com as suas câlunias e mentiras, o povo trabalhador e isolar as suas lutas, para tentar impedir o avanço organizativo das massas populares.

Esmagar a organização popular

O objectivo último e principal da burguesia é esmagar a organização popular: comissões de trabalhadores, comissões de moradores, conselhos de aldeia, assembleias populares, que são o baluarte fundamental da resistência popular contra a exploração e a repressão capitalista e contra o fascismo.

O perigo do fascismo é real:

Os capitalistas não têm outro caminho senão recorrer à repressão feroz e à liquidação da organização popular para tentar amordaçar a classe operária e manter a exploração.

Os trabalhadores que sentiram na própria carne a dureza do fascismo

não têm outro caminho para combater a exploração e a opressão e derrotar a ameaça de fascismo senão organizar a **resistência popular**, unir todos os explorados e oprimidos à volta da classe operária, e guiados por esta, lutar firmemente, não cedendo nem uma conquista e avançando corajosamente no caminho que conduz à derrota do fascismo, do capitalismo, e à vitória do **socialismo**!

Perante a ameaça da fome, da repressão, do fascismo, nós, algumas dezenas de trabalhadores de várias empresas de S. João da Madeira, decidimos criar a **Frente de Resistência Popular**, frente em que se unam à volta da luta pela defesa dos interesses comuns todos os que, sem atender a filiações partidárias, são vítimas da exploração e opressão. **Para resistirmos é preciso unirmo-nos e organizarmos-nos e só assim criaremos as condições para vencer.**

Vamos lutar para alargar a Frente aos trabalhadores dos outros concelhos. A ti, camarada que sofres também o agravamento do custo de vida, a repressão e a exploração, apelamos para que te unas a nós e em bloco como uma muralha, construirmos a resistência vitoriosa contra os exploradores do Povo.

PROGRAMA DE LUTA

- 1.º Contra as consequências da reconversão capitalista da economia! Luta contra a carestia de vida! Luta contra o congelamento de salários! Luta contra o congelamento da contratação colectiva! Luta contra os despedimentos! Luta contra o aumento dos horários e dos ritmos de trabalho! Luta contra a repressão nos locais de trabalho!**
- 2.º Defesa dos órgãos de massas! Luta contra o fracionamento sindical! Defesa da central sindical única dos trabalhadores! Luta pela democracia interna nos sindicatos!**
- 3.º Contra a informação reaccionária! Luta contra a mentira espalhada pelos órgãos de informação que**



estão nas mãos dos reaccionários! Luta contra o isolamento das lutas populares que está a ser levado a cabo pelo cerco burguês da informação! Por uma informação popular ao serviço dos trabalhadores!

- 4.º Contra a repressão policial! Luta pela libertação dos militares e civis revolucionários presos! Vigilância e denúncia so-**

bre o crescente reforço do aparelho repressivo da burguesia (GNR e PSP) e sobre a libertação de pides e fascistas! Vigilância, denúncia e combate ao terrorismo fascista!

- 5.º Pela aliança operária-camponesa! Defesa da Reforma Agrária! Defesa dos camponeses pobres (rendeiros e pequenos proprietários)! Defesa e aplicação**

da lei do arrendamento rural!

- 6.º Defesa do poder popular! Luta pelo reforço e coordenação dos órgãos do poder popular! Luta para que as comissões de moradores e trabalhadores se transformem em órgãos de luta e resistência ao avanço do fascismo!**

Adere à Frente!
Formemos comités de apoio à Frente!

Alba - desunião! Porquê?

A unidade não é uma palavra vã para os trabalhadores que, diariamente, nas fábricas e nas empresas se defrontam com a ganância do patronato, agora de novo mais à vontade para impor a sua dominação e exploração.

É assim que por todo o lado surgem formas organizativas unitárias, agrupando (independentemente da filiação partidária) todos os que sentem a necessidade comum de resistir ao avanço da direita e se dispõem a lutar por isso.

É este o sentido da **Frente Antifascista e Revolucionária de Albergaria-a-Velha**, que agrupa trabalhadores com filiações partidárias diversas e trabalhadores sem partido, e que nos enviou o comunicado que adiante transcrevemos:

Os trabalhadores da ALBA mais uma vez não aderiram à greve nacional dos metalúrgicos de 26/2/76. Não é justo que, enquanto camaradas metalúrgicos e de outros ramos de actividade fazem greve, para apoiar os metalúrgicos numa atitude de solidariedade operária, os operários da ALBA continuem trabalhando, fazendo assim o jogo do patrão e seus lacaios e atraíndo a luta de outros trabalhadores.

É total a desorganização dos operários da ALBA. Não existe comissão de trabalhadores (!) e a actuação da comissão sindical não tem sido nada válida. Basta lembrar que aquando de tentativa de diálogo com o patrão, antes de abordar por um trabalhador para o referido diálogo,

que decorreria entre o patrão e a comissão, afirma que está isolado e que só ele se «queima». Depois de bastante pressão exercida por alguns operários de vanguarda, sempre se dirigiu ao patrão, como é do conhecimento geral se recusou a cumprir a portaria, havendo ainda a informação de que o mesmo patrão mandou marcar discretamente os empregados ou operários que entrassem na greve. Claro que os «marcadores» eram alguns encarregados, vergonhosa e cobardemente vendidos ao patrão. Foi talvez por isso, negativa a mobilização dos trabalhadores, tanto para o plenário de 25, como para a greve de 26. Imprá ainda o medo de represálias dentro da fábrica. A comissão sindical tem o dever de actuar com firmeza, para

que os trabalhadores ganhem confiança, nas lutas a levar a cabo. A desunião é a principal arma da reacção e patronato e seus lacaios.

Já é tempo dos operários da ALBA se organizarem para as duras lutas que é ainda preciso travar para a construção da sociedade socialista. O patrão sabe bem que a portaria está em vigor, mas se não lutarmos, ele nunca pagará o que nos deve desde **1 de Junho de 1975**

Nenhuma vitória se pode alcançar sem luta e sem sacrifícios e os trabalhadores da ALBA não lutando, não aderindo às greves decretadas a nível nacional, além de atraírem os seus camaradas, ficarão sempre à mercê do patrão e seus lacaios, que ganhando entre 20 a 50 contos mensais, têm todo o interesse em manter a situação para assim poderem defender as suas regalias, pagas com o suor e a miséria dos operários.

A LUTA CONTINUA E CONTINUARÁ ATÉ À VITÓRIA FINAL!

Albergaria-a-Velha, 2 de Março de 1976.

FRENTE ANTIFASCISTA E REVOLUCIONÁRIA!

UNICIDADE — Quem quer dividir os trabalhadores?

Decorrido mais de um ano sobre a grande manifestação pela Unicidade (16-Jan-75) e a grande vitória da classe operária e dos trabalhadores que constituiu o reconhecimento daquele princípio pelo Conselho da Revolução, a Unicidade continua a sofrer ataques e a frente de luta pela defesa da Unicidade da organização sindical continua a ser uma frente aberta.

Com efeito, de então para cá, os ataques à

Unicidade não cessaram, eles aí estão concretizados nas tentativas de criar novos sindicatos ao lado de outros já existentes com o mesmo âmbito — vejam-se os casos dos Enfermeiros, das Empregadas Domésticas e dos Porteiros.

E que faz o Governo? Faz cumprir a lei?

Não. O Governo transige, o Governo dialoga com os sindicatos paralelos e até lhes concede tempo na Rádio e na TV...

dos Sindicatos, com secretariados e até com quotizações próprias e que, passando por cima dos próprios sindicatos, começam a promover realizações locais e até em empresas.

Estas comissões de Luta para o PC tem dois objectivos: o primeiro é o de sem arriscar demasiado as suas estruturas de controle da organização sindical (secretariados da Inter e das União e Direcções Sindicais) manipular reivindicações justas dos trabalhadores com a perspectiva estreita de reforçar o seu peso nos corredores de S. Bento e de Belém.

O segundo é o de tentar recuperar, por meio destas estruturas que passam por cima das Direcções Sindicais, o seu controle sobre o movimento sindical que sofreu rudes golpes no ano findo.

Final, pergunta-se, para que servem a Inter e as Uniãoes Distritais e Locais?

Se a acção de mobilização e agitação é deixada a Comissões de Luta



onde as posições do PC são exclusivas, ou quase, para que serve a Inter e as Uniãoes?

Que raio de defensores dos trabalhadores são estes que dizendo-se defensores da Unicidade, a não defendem, apoiam pela calada os que a atacam e até são os primeiros a promover o pluralismo sindical, construindo estruturas paralelas à organização sindical existente?

Tudo isto não é de espantar pois sabemos que o PC é capaz de tudo para levar a cabo a sua política de aliança com a social-democracia.

O que se esconde por trás dos "pluralismos"

Mas, não se pense que o abandono da defesa intransigente da Unicidade significa maior abertura e respeito pela democraticidade na actuação do PC nos sindicatos.

Quem tal pensar engana-se redondamente. Tal como dizíamos há um ano, não podemos esquecer que quem defende o pluralismo não visa outra coisa senão o exercer o controle partidário sobre os sindicatos.

E é isso mesmo que o PC pretende. Com a promoção destas organizações paralelas ele visa

recuperar o controle burocrático total da organização sindical.

Basta ver o que significa a criação de um Executivo dentro do Secretariado da Inter e a colocação de Daniel Cabrita como seu secretário...

Basta ver o que significa a abertura de diversas sedes de Uniãoes concelhias em que todos os empregados são militantes do PC, mas que são sustentadas pelas cotas dos Sindicatos, incluindo os que o PC não controla...

O MES, organização jovem mas em crescimento progressivo e seguro, esteve na manifestação de 16 de Janeiro de 1975, arrostando com as críticas dos esquerdistas, porque considerava que essa era uma luta essencial para a classe operária e que tinha portanto de ser levada à vitória.

Na justa medida das suas forças, que empenhou nessa luta, o MES contribuiu para essa vitória.

Por isso, hoje, que tantos se esforçam por reduzir a dimensão dessa vitória, abrindo o caminho à sua total anulação, o MES consequente não só com o seu programa aprofundado no II Congresso, mas igualmente consequente com a sua prática forjada nas grandes lutas operárias e populares dos últimos dois anos, denuncia todos os ataques à Unicidade, todas as tentativas de implantar o pluralismo e dividir os trabalhadores e chama os trabalhadores à luta na defesa intransigente da Unicidade da sua organização sindical.

Na situação criada após o 25 de Novembro, em que a burguesia e o imperialismo tentam manietar os trabalhadores,

usando a repressão aberta e a ameaça do desemprego, mas também tentando destruir as suas organizações de classe e tentando gerar a divisão no seu seio, nesta situação, o MES definiu como dois dos seus objectivos fundamentais a luta pelo reforço das organizações dos trabalhadores (sindicais e populares) e a luta pela unidade dos trabalhadores.

É por isso que apelamos a todos os trabalhadores para que lutem contra tudo o que os divide e visa destruir as suas organizações:

- contra o pluralismo
- contra o controle partidário e burocrático das suas organizações de classe
- contra a repressão
- contra o avanço fascista

e se batam intransigentemente pelo reforço da sua unidade e das suas organizações:

- pela unidade
- pela democraticidade no seio das organizações dos trabalhadores
- pela unidade da classe operária e dos trabalhadores
- pela construção da resistência popular!

UNIR O POVO CONTRA O FASCISMO, PELO PODER POPULAR!

PS e PPD - manobras claras

Por outro lado vejamos qual a posição do PS (porque no PPD e no CDS nem vale a pena falar) que foi o campeão da luta contra a Unicidade com Soares e Zenha à frente.

Decorrido um ano o PS vem de novo publicamente tomar a iniciativa na luta contra a Unicidade, desta vez não como iniciativa da Direcção, mas sim como conclusão do « Encontro Nacional dos Sindicalistas Socialistas » de onde saiu um Documento que foi entregue ao Presidente da República e que em dado passo exige a revogação da Lei da Unicidade Sindical.

Aliás ao proceder assim o PS é coerente com tudo o que de há muito vem defendendo e nomeadamente com as posições expressas na Assembleia Constituinte.

Convém aqui recordar

PC - até onde leva o namoro com o PS?

Mais convém recordar que estas propostas do PS tiveram o apoio dos votos dos deputados do PCP, que ainda há um ano se apresentava como campeão da Unicidade...

Aliás não foi só na Constituinte que o PC virou a casaca. Hoje em dia já se veem dirigentes sindicais membros do PC a tomarem posições de oposição à inclusão nos Estatutos de organizações sindicais do princípio da Unicidade.

Onde está a coerência do PC?

Já há um ano ao divulgarmos as posições do MES sobre a questão sindical afirmávamos: «...temos de ser claros, se as organizações que agora (16 Jan) apoiaram a luta dos trabalhadores pela Unicidade, continuarem a assumir atitudes an-

ti-democráticas no seio dos Sindicatos e a exercer controle partidário sobre os mesmos, isso querará dizer, sem sombra de dúvida, que é este controle que lhes interessa fundamentalmente, e só são pela unidade porque tem agora o controle da maioria dos Sindicatos.»

Hoje o PC não só enveredou por uma política de namoro ao PS que o leva a hipotecar conquistas essenciais das massas trabalhadoras, como é a da Unicidade, como ele mesmo entrou na via do Pluralismo.

De facto paralelamente à organização da Intersindical nos distritos de Lisboa, Setúbal, Santarém, O PC lançou aquilo a que chama « comissões de Luta ou de Organização » que constituem organizações ao lado

ENFERMEIROS — em greve por melhores condições de vida

Como forma de luta contra as injustiças e pela melhoria das condições de vida, os enfermeiros decidiram, esgotadas todas as outras formas de luta, iniciar uma greve.

Na verdade, uma greve de enfermeiros surge com um carácter pouco popular, já que desempenham uma tarefa fundamental na vida da comunidade.

Este foi o ponto focado no discurso do Secretário da Saúde, Aroso, afirmando que, por isso, não tinham o direito de fazer greve. Só que este senhor esqueceu-se de dizer que os enfermeiros também são os trabalhadores e que este processo de luta se desenrola há longos meses sem que o Governo se tenha preocupado com a saúde da comunidade (posta em risco pelas más condições de trabalho e de vida que os enfermeiros têm).

Também o ministro dos Assuntos Sociais, Rui de Machete, nos veio dizer pela TV que a greve não é permitida e que iria apoiar por todos os meios (policiais?) os que quisessem furar a greve. Também falou no « serviço da comunidade ».

Por acaso, quer o Chancerelle de Machete, quer o Aroso, pertencem ao VI Governo, que, se bem se lembram, se declarou em greve antes do 25 de Novembro. Será porque reconhecem não estarem ao serviço da comunidade?

Os enfermeiros apresentam uma proposta de redução do leque salarial. O Governo apresenta uma contra-proposta em que reduz os aumentos propostos para quem ganha menos (auxiliares de enfermagem e enfermeiros de 3.ª) e sobe-os para quem ganha mais (técnicos de 1.ª).

Sera isto a maneira de estar ao serviço da comunidade?

Os enfermeiros não se podem deixar amedrontar por estas ameaças do Governo.

É fundamental a solidariedade de todos os trabalhadores.

Sector de intervenção na Saúde do Movimento de Esquerda Socialista
9.3.76

GREVE NOS LICEUS mobilizar os estudantes

Depois de um período de franca desmobilização em que as posições de direita e a intervenção dos bandos fascistas, quase sempre apoiados pelo MRPP e AOC, se alargou e fez sentir em quase todos os liceus do País, começa a abrir-se o campo para o relançamento do movimento estudantil liceal.

COMO SE DESENCARTE O PROCESSO?

Numa altura em que as aulas se aproximam do fim, em muitos liceus do País há cadeiras que ainda não tiveram o seu início! E isto porquê?

Porque há falta de professores? Não! Existem neste momento milhares de professores desempregados.

A realidade é que a máquina burocrática do MEIC tem entravado a colocação desses professores numa tentativa clara de responsabilizar a situação anterior ao 25 de Novembro e, mais tarde, os «selvagens» dos estudantes.

Esta situação gerou em muitos liceus do País um profundo descontentamento das massas estudantis e é assim que em muitos deles se tem avançado para formas de luta concretas, como o não pagamento das propinas que culminou com a convocação de uma jornada de luta, a partir do processo vivido particularmente nos liceus do distrito de Setúbal, para o 11 de Março.

A jornada do dia 11 foi um passo importante e materializou-se em greves nos liceus mais afectados e em discussões e apoios dos estudantes dos outros liceus (particularmente de Lisboa).

Reproduzimos a proposta aprovada no curso complementar do Liceu Ferreira de Castro em Oliveira de Azeméis e enviada aos estudantes do País, como exemplo deste processo de luta.

Os estudantes do Curso Complementar do Liceu Ferreira de Castro, assim como os estudantes de outros estabelecimentos de ensino, debatem-se com vários problemas, sendo o que se destaca com mais relevo, o da falta de professores. O responsável por essa falta de professores tem sido o M.EIC, ministério bem conhecido

pela sua democracia de gabinete.

O M.EIC, contudo, já é veterano na matéria, e como tal, apercebeu-se que a luta pela colocação de professores se começava a cristalizar, o que lhe poderia vir a causar alguns incómodos. Então, servindo-se da sua sábia e já antiga experiência, ganha o primeiro «assalto»: em meados de Janeiro promete uma rápida recondução e colocação de professores. — Mas afinal o que se verificou? — O M.EIC não cumpriu o que prometeu; o M.EIC é desonesto. Mas o M.EIC não fica por aqui. Apercebe-se que os estudantes depois de burlados não irão ficar impávidos e serenos. Como tal, põe-se a magiar e faz sair a circular L-T-ES n.º 5/76 da qual passamos a citar o essencial: «O pagamento de propinas deverá ser entendido como uma tacha devida ao Estado. Respeita a anos lectivos sendo dividida em três prestações para facilidade de cobrança. Não podem os alunos invocar deficiência de funcionamento das escolas como motivo para o não pagamento de uma das prestações. Nos termos da lei a falta de pagamento implica a anulação de matrícula». Está circular vem reforçar o seu poderio e limitar o campo de liberdade de acção dos estudantes, mas nós não nos intimidamos com essa «democrática» circular, circular essa que como não poderia deixar de ser, não resolve nada. Não resolve nada, o que levou a que a maioria absoluta dos estudantes decidisse não pagar as propinas na reunião efectuada em 25 de Fevereiro. Nessa reunião os estudantes do Curso Complementar do Liceu Ferreira de Castro decidiram fazer da sua decisão uma proposta de luta aos colegas de outros estabelecimentos de ensino, tentando deste modo, alargar este tipo de luta a nível nacional;

— exigindo do M.EIC uma rápida colocação dos professores — responsabilizando o mesmo pelo improvisamento de mais um ano lectivo, sem o mínimo de condições para o seu normal funcionamento — declarando-se ilibados de toda a responsabilidade, responsabilizando o M.EIC pela sua arbitrária e anti-democrática política, por todos os seus inadmissíveis erros e consequências que daí possam advir».

O. de Azeméis, 10 de Março de 1976

COMO PROSEGUIR?

O relançamento do movimento estudantil no Secundário tem de ser feito com extremo «cuidado». Não podemos esquecer que a «esquerda» continua marginalizada em muitos liceus, que muitas AAEE e C. Gestão continuam a ser ganhas por direitistas e fascistas. Não podemos, pois, cometer erros que reforçem, em última análise, estas posições.

Os revolucionários têm que saber lançar formas de luta gerais quando as condições estiverem maduras, e não cair em posições aventureiras e desesperadas

Assim para o prosseguimento da luta há que compreender a especificidade de cada região do País e o actual estágio do Movimento Estudantil em cada liceu. A jornada de dia 11 de Março foi pois um exemplo, já que levou em conta que se há muitos liceus onde ainda não existem professores, outros há em que tal não acontece; ela foi apenas um primeiro passo. Há que chamar os professores para o combate que é comum e continuar a lutar!

Assim: Nos liceus onde não há professores devemos continuar a lutar;

— Pelo não pagamento de propinas nas cadeiras onde não há professores;

— Pela não realização de exames nessas cadeiras;

— Pela realização de exames apenas sobre a matéria dada (programa mínimo);

— Pelo exigir da colocação dos professores desempregados;

— Pela informação da nossa luta aos colegas de outros liceus assim, como aos trabalhadores da zona do liceu;

Nos liceus em que as aulas decorrem devemos continuar a lutar;

— Pelo reforço da nossa organização de modo a que nos mantenhamos vigilantes e informados;

— Pelo exigir a colocação dos professores desempregados;

— Pela realização de exames apenas sobre as matérias dadas (programa mínimo).

Mas para isso há que lutar não só pelos actuais objectivos concretos mas acima de tudo lutar contra:

— A ameaça fascista nas escolas;

— A cultura e a ideologia burguesas;

— O isolamento das nossas lutas face às lutas dos trabalhadores

A formação da União dos Estudantes pela Democracia Popular

A convite da U. D. P., uma delegação do sector estudantil da nossa organização assistiu ao desenrolar dos debates da 1.ª Congregação Nacional dos Núcleos Estudantis da U. D. P. que deu origem à formação da U.E.D.P. — União de Estudantes pela Democracia Popular.

A discussão centrou-se fundamentalmente em aspectos organizativos o que não permitiu aprofundar as suas análises e teses programáticas para o movimento estudantil.

Numa primeira apreciação muito breve do debate havido podemos afirmar que há uma tentativa séria de quebrar com o sectarismo e o espírito de «seita» que dominou toda a prática anterior dos grupos «Por um ensino ao serviço do povo» (que desejamos sinceramente vir a confirmar-se na prática) acompanhada, no entanto, por uma tendência para o reforço das perspectivas estritamente pedagógicas e sindicalistas.

No próximo número referir-nos-emos mais detalhadamente a este assunto, o que só não faremos hoje por manifesta falta de espaço.

PELO DIREITO À HABITAÇÃO!

Porto - manifestações contra os despejos

O Conselho Revolucionário dos Moradores do Porto com o apoio do CLARP, do Sindicato da Construção Civil, do Sindicato das Empregadas Domésticas e de numerosas comissões de moradores, organizou uma poderosa manifestação no Porto.

Esta manifestação iniciou-se em tomo de um espectáculo teatral que narra o despejo de uma família.

Com efeito centenas de ordens de despejo têm sido efectuadas contra os moradores pobres do Porto.

Na sua justa luta pelo direito à habitação, milhares de moradores ocuparam as casas vazias da burguesia depois de 25 de Abril de 74.

Com a reconstrução do capitalismo e do poder da burguesia após o 25 de Novembro processa-se a repressão contra os trabalhadores. A «legalidade» burguesa defensora dos bens do capital pretende agora retirar as conquistas das massastrabalhadoras.

O despejo de uma família de 9 pessoas foi o motivo dessa poderosa manifestação com milhares de trabalhadores. Esta manifestação tomando-se numa força combativa dirigiu-se para uma casa da burguesia e contra a «legalidade» burguesa ocupou essa casa. Os burgueses no entanto prevendo estas ocupações preferiram destruir as casas vazias para que os trabalhadores continuem na miséria. Assim o interior desta casa ocupada fora destruído. O capitalismo criminosamente desbaratara o soalho da sua própria vivenda para impedir que outras famílias po-

brespudessem a viver.

Perante isto a manifestação afirma novamente o seu poder combativo ao apoio o Comité de Luta no sentido de se encontrar nova casa para a família desalojada.

Entretanto a solidariedade dos trabalhadores manifestou-se imediatamente: a Comissão de Moradores do Bairro de S. Tomé prontificou-se a alojar a família de 9 pessoas que ficaram sem abrigo, até que lhes seja encontrado o novo lar.

Setúbal—contra a especulação

A especulação das rendas de casa é uma das armas que a burguesia utiliza para reprimir as classes trabalhadoras, retirando-lhes o direito a uma habitação digna.

Em face da recusa dos órgãos de poder em julgar os senhorios especuladores e da sua incapacidade de resolver o problema da habitação, alguns moradores conscientes que só com a sua luta e organização se pode acabar com a especulação, decidiram baixar as rendas. Exemplo disso são os moradores de vários bairros da grande Lisboa, Setúbal, Porto que embora tendo formas de luta diferentes (percentagem sobre o rendimento familiar, 500\$00 por assalhada, etc) estão em luta pelo abate das rendas de casa.

Neste momento, em face do avanço das forças capitalistas e do fascismo, os senhorios sentem-se com forças suficientes para pôr processos em tribunal, movendo acções de despejo que só não têm tido êxito devido à forte união e resistência dos moradores.

Estes moradores que agem de acordo com a lei revolucionária não podem ser julgados por leis fascistas do tempo de Salazar e

Caetano.

O ministro da Habitação diz querer acabar com as leis fascistas, mas como fabrica as novas leis?

Quem melhor sabe das aspirações dos moradores são os próprios moradores é as suas comissões. Que interesses vai defender a nova lei do inquilinato cozinhada nas costas do povo?

Camaradas: exigamos que a lei do inquilinato venha às comissões de moradores para ser discutida pelos inquilinos. Exigimos a suspensão das ordens de despejo. Ninguém sai das casas!

As comissões de moradores em luta pelo abate das rendas de casa, conscientes de que só uma grande mobilização de todos os moradores em luta contra a especulação de rendas pode encontrar formas de defesa contra as ordens de despejo, decidiram convocar todos os inquilinos vítimas de cada especulação para um plenário a realizar em Setúbal.

Todos ao plenário no Liceu de Setúbal, sábado dia 20, às 16h!

As comissões em luta contra a especulação das rendas de casa de Lisboa e Setúbal.

A Europa dos patrões em férias no Porto

A campanha eleitoral do PS que segundo os seus dirigentes foi iniciada com atenção para a Europa continua hoje, no Porto, com o coro dos capitalistas social-democratas.

A Europa dos patrões e dos exploradores está hoje em festa no Porto por certo a congratular-se com a repressão que nos seus países se vem exercendo sobre os trabalhadores.

Ainda hoje, no Porto, os trabalhadores do comércio retalhista que estão em greve foram vítimas da repressão da PSP.

«Pluralismo» e «liberdades» numa mão, caceite na outra — assim se cumpre a necessidade de uma «boa imagem» para a Europa dando as garantias aos empréstimos do capital estrangeiro que o povo pagará

com o seu suor.

Perante esta jogada eleitoral que quer significar a confiança do capital social-democrata europeu no seu afilhado português PS, o PPD amua, chorando as lágrimas de parceiro traído que não conseguiu vender aos patrões europeus a sua condição de bom capataz social-democrata. Mas lá porque não tem o apoio dos sociais-democratas, não se pense que o dr. Carneiro, mais ou seus «populares» e «democráticos» comparsas ficam sem emprego. Longe disso! Eles têm um papel bem definido a desempenhar. O de ponta-de-lança das forças fascizantes e do imperialismo americano.

De cócoras perante o capitalismo europeu dos senhores Willy Brandt, Olof Palme, etc, a direcção do PS serve champanhe



e lagosta (caviar e vodka são antidemocráticos!) aos gestores do capitalismo europeu.

Lindo e singular significado tem a independência nacional com que o PS e o PPD nos pretendem brindar!

Mas todo o palavreado oco e demagógico servem desde que lhes rendam votos e que já estão a desfaldar nas suas campanhas eleitorais.

Durante esta arremetida das forças social-democratas e fascizantes que nas costas do povo disputam entre si o terre-

no para melhor explorar, só um caminho resta aos trabalhadores. É o caminho da vigilância e da unidade popular perante a ofensiva fascista e perante as manobras que lhe abrem as portas.

Só a organização do Poder Popular e a unidade das massas constituirá a barreira intransponível a essa ofensiva.

A frente de massas dos trabalhadores e dos explorados saberá construir contra a Europa dos patrões a Europa vermelha dos trabalhadores em luta pelo socialismo

Sindicato dos Têxteis:

300 trabalhadores vão á Judiciária!

Cerca de tresentos trabalhadores — os corpos gerentes, secretariados regionais e delegados sindicais do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul — compareceram na Polícia Judiciária para prestarem declarações.

Isto porque os trabalhadores decidiram acompanhar o presidente da Assembleia Geral daquele Sindicato que fora intimado a prestar declarações acerca de uma moção, aprovada em Assembleia Geral que continha determinada passagem que não agradou ao ministro da propaganda. Ai se dizia que o Governo nada faz para reprimir os terroristas do ELP e do MDLP e até colabora com eles no ataque aos sindicatos como aconteceu com a tentativa de encerramento dos Gráficos de Aveiro e no ataque à unicidade.

Em comunicado, os trabalhadores explicam a sua posição:

Recusamo-nos terminantemente a deixar ir sozinho o camarada Rosas não porque não tivessemos confiança nele, mas porque pelas decisões da assembleia geral são responsáveis 40 000 trabalhadores deste sector e não apenas um de nós. Além disso não é a Polícia Judi-

ciária nem ninguém que escolhe os porta-vozes dos trabalhadores, decisão que só a estes compete. Assim insistimos para que o inspector Saturnino, autor da contrafe enviada ao nosso camarada, viesse ao pé dos 197 delegados dos trabalhadores presentes, ou então que estes fossem junto do inspector Saturnino, insistencia essa que acabou por ser bem sucedida, embora só ao

fim de uma hora e um quarto de discussão, onde os trabalhadores presentes deram provas de verdadeira unidade e disciplina operária apesar de constantes provocações de um agente ali presente.

Mais uma vez repudiamos esta convocatória que constitui uma nítida ingerencia do Governo na vida sindical, ingerencia essa que nunca

admitimos e não é agora que a consentiremos. Assim como nunca abdicaremos de discutir livremente as decisões que consideramos convenientes.

Por fim afirmamos a mais firme disposição de lançar mão de todos os meios e formas de luta que se mostrarem necessários para derrotarem os ataques à nossa organização sindical.



Retirado do "Fuso"

BREVE

Do primeiro capítulo do livro de Mário Soares — «Portugal, que Revolução?» respigamos algumas passagens:

DOMINIQUE POUCHIN — Mário Soares, você tem cinquenta anos. Advogado, casou-se com uma atriz. Vive sem preocupações num apartamento confortável, na periferia de Lisboa. Sabe apreciar as raras horas passadas na sua casa de campo. Os seus dois filhos, um rapaz e uma rapariga, são hoje suficientemente crescidos para lhe poupar certos cuidados. Nunca teve verdadeiras dificuldades materiais. Em suma, a imagem tradicional de um burguês respeitável. Os traços parecer-lhe-ão forçados: recusará o retrato?

MÁRIO SOARES — Porquê? Convém-me perfeitamente. Tudo quanto disse corresponde rigorosamente à verdade. Poderia mesmo ter acrescentado que fui um menino mimado (...)

DP — Nunca procurou renegar a sua classe?

MS — Não. Sinto-me muito bem na minha própria pele e não quero fazer-me passar por aquilo que não sou. (...)

DP — A burguesia terá, pois, os seus encantos?

MS — As mulheres bonitas, por exemplo. Mas também se encontram noutras classes (...)

Desde que não sou ministro e uma vez que não exerço mais a minha profissão de advogado, recebo agora o salário dos funcionários do Partido. quinze contos por mês. É a primeira vez na minha vida que sou funcionário.

DP — Um só salário, desde a militante-dactilógrafa até ao secretário-geral?

MS — Não. As instâncias do Partido não decidiram assim: há um leque de salários, 3 escalões, ao que julgo.

DP — Quando ministro dava uma parte do seu salário ao Partido?

MS — Não. A questão foi debatida, mas finalmente julgou-se preferível deixar a cada um o cuidado de fixar a sua própria contribuição. A minha cotização normal é de cem escudos por mês.

SOARES E OS GUARDA-COSTAS...

DP — Mário Soares. Você não imagina, portanto, morrer de metralhadora na mão?

MS — Nem um só instante. Não sei usar uma arma. O que as pessoas esperam de mim é que seja hábil a manejar a caneta e não a premiar o gatilho.

Rio-me e troço sempre que, nos períodos mais quentes, vejo os meus amigos armados ...

DP — Quer dizer que tem uma milícia armada?

MS — Não exagero. Evidentemente que não.

DP — Ao menos alguns camaradas armados?

MS — Somente algumas pistolas, mas com todas as licenças em ordem.

Como se vê não é necessário ridicularizar este «artista» — ele trata disso sozinho.

Restanos responder ao título da «obra» — Portugal — que revolução? — Pois quando socialistas destes dizem que «tudo vai bem», que raio de revolução é esta?

PSP E GNR
— PILARES DE QUÊ?

Segundo reza o «Expresso», que nestas coisas é insuspeito: No dia da PSP o ministro Almeida Costa afirmou aos polícias em parada: «vocês são os pilares fundamentais para a vida democrática dos Países».

Na GNR também houve parada: 600 homens, 14 blindados equipados com oito tubos lança-granadas e uma metralhadora que segundo um porta-voz da GNR são especialmente concebidos para transporte? do pessoal e actuação em acção de dispersão de manifestantes.

Para se saber a que vida democrática se refere o ministro com aquela dos pilares, sugerimos: perguntem ao Marcello!

PIADA?

Os factos referidos levam-nos a pensar duas vezes ante certas piadas (?) que por aí correm.

Assim diz-se que as Avenidas Morais Soares e Almirante Reis vão mudar de nome: para Mário Soares e Almirante Azevedo.

Porque? É que ambas terminam ... no chile. (riso muito amarelo, não?)

J. PIMENTA um exemplo elucidativo...

Iniciamos hoje a publicação de uma entrevista com o camarada João Luís, membro da Comissão de Trabalhadores da empresa J. Pimenta e candidato do MES por Lisboa.

PP — Começemos por dar uma ideia geral sobre o que era a empresa J. Pimenta que todos conhecemos pelos célebres anúncios do «Pois, Pois... J. Pimenta»

R — A empresa antes do 25 de Abril vivia essencialmente da pequena poupança, vinda dos emigrantes. Os emigrantes compravam andares para rendimento. Esse andar era-lhes entregue passado um período de geralmente dois anos. A empresa fazia o prédio e alugava-o por uma renda muito superior ao seu valor (entre a renda e o rendimento havia uma diferença de valor especulativa para a empresa: enquanto se pagava ao comprador 1.000 escudos de rendimento, a empresa recebia 2.500 de renda). Entretanto havia também muitos casos de compradores que ainda hoje nem sequer têm o prédio construído, isto é, compraram apenas papel. São exemplos um caso no Algarve, de um prédio de 15 andares já vendido mas ainda não construído e dos quais 5 andares nunca poderão ser feitos (o projecto só prevê 10 andares mas foram vendidos 15) e outro no Porto onde foram vendidos andares dos quais nem sequer existem os projectos!

O J. Pimenta era es-

encialmente uma empresa para-bancária e de forma alguma uma verdadeira empresa de construção. Enganavam os emigrantes com os anúncios, através do que já expliquei...

A estrutura da empresa era extremamente fraca, reinava o compadrio com o Pimenta, cujos familiares eram na generalidade cabeças de empresa, e a própria administração (como o Pimenta) extremamente fraca e incapaz. Um dos seus elementos mais tarde veio a saber-se ser da Pide, outro da Legião e um terceiro — Afonso Coelho Pinto — elemento muito perigoso. Eram estes indivíduos quem mandava na empresa de onde tiravam ordenados extremamente altos (mais de 100 contos mensais, auferindo os outros administradores entre 45 e 75 contos).

Tivemos grandes dificuldades porque alguns dos trabalhadores dos escritórios em lugares-chave na empresa não cooperavam e causaram-nos grandes dificuldades. Entretanto a 12 de Fevereiro foi feito um plenário que consideramos fundamental para a nossa luta onde se propunha o afastamento de toda a direcção com excepção do João Pimenta. Além disso fizemos reivindi-

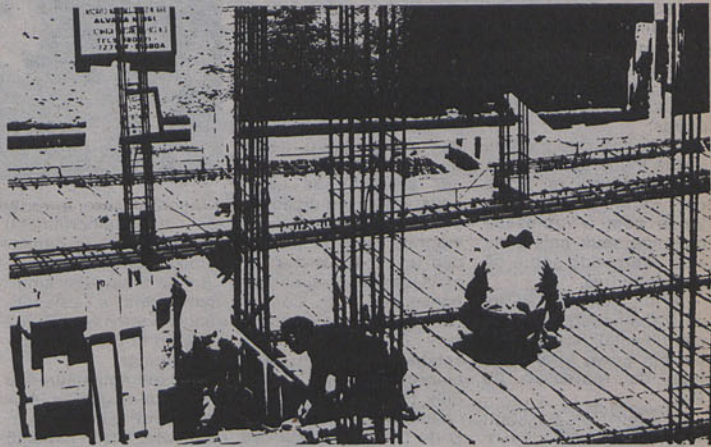
cações de controlo operário: queríamos saber o que era de facto a actividade da empresa. Este plenário foi uma grande vitória, pois a maioria esmagadora dos trabalhadores apoiou o projecto apresentado pela CT (e que tinha sido previamente discutido pelos trabalhadores) e o Pimenta, vendo que não tinha possibilidades de continuar a dispor a seu belo prazer da empresa e a mandar como até ao 25 de Abril, fugiu alegando hoje que foi por doença!

PP — Os trabalhadores da construção civil e nomeadamente da J. Pimenta e a sua CT são acusados no relatório-fanfóche do 25 de Novembro de estarem implicados nesse golpe contra-revolucionário.

Gostávamos que desenvolvesse esta questão.

R — Os trabalhadores da J. Pimenta sempre estiveram na frente das lutas dos trabalhadores, como nos casos do 28 de Setembro e do 11 de Março. Na altura da luta pelo contrato colectivo de trabalho a nossa empresa, como uma das maiores da região da Lisboa, foi daquelas que mais lutou pela saída do novo contrato. Todos os seus trabalhadores estavam mobilizados para a luta.

A burguesia, assim, tinha como um dos seus alvos destruir a organi-



zação dos trabalhadores da J. Pimenta porque dessa maneira poderia afectar muito gravemente a organização dos trabalhadores da construção civil.

É evidente que não o conseguiram. Fomos atingidos pela repressão e 2 dos nossos camaradas estiveram presos em Custóias durante 2 meses sem culpa formada

e encontram-se actualmente em liberdade condicional apesar da completa inexistência de provas de que nós estivéssemos envolvidos no suposto golpe, que nós sabemos ter sido, isso sim, um golpe de direita.

No 25 de Novembro apesar de uma mobilização fraca, porque tínhamos muito pouca informação do que se esta-

va a passar (a burguesia tinha tomado conta da rádio), nós saímos à rua para saber efectivamente o que se passava e qual a posição que devíamos tomar.

Portanto o que fizemos em 25 de Novembro foi o que já havíamos feito em 28 de Setembro e 11 de Março, que foi — estar atentos na defesa das lutas dos trabalhadores.

INTAR uma primeira vitória

A luta dos trabalhadores da Intar conheceu já uma primeira e importante vitória — a igualização (com efeito retroactivo a partir de Janeiro) dos salários relativamente aos trabalhadores da outra fábrica do sector — A Tabaqueira.

atiraram-nos elementos da comissão de trabalhadores com quem contactámos.

Mas não foram apenas estes os pontos da mobilização e consciencialização que a luta provocou.

Em recente plenário foi eleita uma comissão de trabalhadores (desde Novembro que não havia, tendo a luta sido dirigida por uma comissão, provisoriamente eleita, para esse efeito). Isto constitui um importante avanço organizativo que a luta veio, pelo menos, acelerar.

Mas há mais. Surgiu e desenvolveu-se a solidariedade e colaboração com os trabalhadores da Tabaqueira, o que vem a dar muito mais força

e capacidade de luta aos trabalhadores de ambas as fábricas. «Quando houve aqui a paralisação espontânea («Poder Popular» noticiou estes factos no n.º 31) talvez no

Ministério se não tenham, ao princípio, assustado muito por pensarem que podiam compensar a produção, pondo a Tabaqueira a produzir mais» — afirmam-nos um trabalhador «Mas se pensaram em tal coisa enganaram-se! O apoio da Tabaqueira surgiu de imediato. E ficou demonstrado que não era possível dividir-nos. Antes pelo contrário, a nossa união foi um facto. Isto, por certo, muito pesou na vitória que alcançámos!»

«Em reunião havida no Ministério (tinha sido apenas convocada a comissão administrativa, mas a comissão de luta também esteve presente) não foram levantados problemas à nossa reivindicação central. Também a fusão das duas empresas está em parte realizada, faltando apenas aspectos jurídicos. De imediato apenas nos falta obter a igualização das regalias sociais» —

CONSTRUÇÃO CIVIL — a luta continua

Nós, os trabalhadores da Construção Civil, depois da nossa luta de 4 dias, que culminou com uma grandiosa concentração operária em S. Bento, continuamos, passados 4 meses, à espera da saída do nosso Contrato Colectivo de Trabalho.

Durante este período de congelamento da contratação colectiva imposta aos trabalhadores pelo Governo de salvação do capital, assistimos à subida galopante do custo de vida, como também do aparecimento em algumas empresas das aves de rapina (os patrões reaccionários) que as tinham abandonado, levando consigo todo o dinheiro, até o de salários, deixando no desemprego grande número de camaradas nossos. Não cedemos às tentativas de conciliação com o capital através dos seus lacaios, VI Governo e Minis-

tério do «Trabalho». Não cedemos a difamações feitas por alguns «brilhantes» senhores, tanto através da televisão, rádio, como dos jornais, aparelhos também ao serviço de quem nos explora e quer dividir.

As condições actuais são bastante diferentes de quando da nossa luta em Novembro, por isso é fundamental a nossa firme disposição de continuar a luta, não cedendo a manobras que nos desviem do nosso objectivo, o Contrato Colectivo Vertical.

Passamos a transcrever algumas passagens do comunicado do Sindicato da Construção Civil, saído aquando da reunião no Ministério do Trabalho no dia 8 de Março de 1976:

«Logo à chegada encontramos comodamente instaladas as associações patronais, convocadas pelo Ministério do «Trabalho» nas

costas dos trabalhadores.

«Quando em 28 de Outubro se realizou a 2.ª reunião para a negociação da proposta do CCT, nessa altura recusaram-se a comparecer, pensando que assim poderiam quebrar a nossa luta.

«E agora, o que é que pretendem? Como é que explicam a sua presença?

Foi afirmado pelo representante do MT que «O MT não faria sair Portarias e muito menos a Portaria para a Construção Civil. O MT limitar-se-ia a homologar o contrato que fesse acordado.»

«Portanto, não temos mais de nos sentar à mesa das negociações, não queremos mais conversas com os patrões, o que nós queremos e exigimos é a publicação da Portaria.»

A Coordenadora do Sector da Construção Civil do Movimento de Esquerda Socialista

PETROGAL - um passo em frente

Afirmar e determinar dos trabalhadores da Petrogal permitiu uma importante vitória. O objectivo central da sua luta está realizado — aprovação dos estatutos daquela empresa pública, consagrando a fusão da Sacor, Cidla, Sonap e Petrosul e um sistema de gestão única. Estão,

pois, criadas as condições para a reestruturação do sector, em novos moldes e segundo novos critérios. O processo de nacionalização do sector entrou assim em nova fase.

Entretanto mantem-se em aberto questões sectoriais: a greve de zelo

dos motoristas da Sacor e a redução da produção nas linhas 1 e 2 da refinaria da Sacor, no Porto, motivada por problemas de reclassificação de pessoal.

No próximo número esperamos poder apresentar um estudo mais detalhado sobre a situação na Petrogal.

REFORMA AGRÁRIA não parará!

Os trabalhadores não estão dispostos a ceder à ofensiva reaccionária que tem como objectivo reprimi-los, dominá-los e agravar as condições de exploração.

Assim, contra as tentativas desesperadas que a social-democracia e a direita fascista e fascizante fazem para anular as conquistas alcançadas na Reforma Agrária, os trabalhadores rurais tem desenvolvido uma luta invencível — e a Reforma Agrária avança, a ligação cidade-campo torna-se dia a dia uma realidade. Nesta frente, como em todas as que apontam para a afirmação do Poder Popular, o povo trabalhador não cederá um passo!

Inserida neste aspecto de resistencia pelas conquistas alcançadas e ofensiva contra a ameaça fascista, realizaram-se em Beja, Évora e Portalegre, no último sábado, tres manifestações que trouxeram à rua dezenas de milhares de trabalhadores rurais. O MES apoiou esta jornada de luta pela Reforma Agrária e que visava ainda desmascarar as manobras reaccionárias do Governo, da direita e seus aliados. Nestas manifestações, convocadas pelo Sindicato de Trabalhadores Agrários e Ligas de Pequenos e Médios Agricultores, viria a ser aprovada uma moção que transcrevemos parcialmente.

Moção aprovada nas manifestações de Beja, Évora e Portalegre

A reacção levanta a cabeça com arrogancia (em Montemor, dia 7/3, aparecem os grandes agrários armados de pistolas; em Coruche, dia 11/3, um grupo de terroristas chefiado por grandes agrários atacam o núcleo do Centro da Reforma Agrária; em Montalvão, alguns trabalhadores são agredidos quando procedem ao levantamento das herdades a expropriar).

DEFENDEREMOS A REFORMA AGRÁRIA

Vamos lutar com coragem, com entusiasmo e fazendo todos os sacrificios necessários para que a grande e exaltante conquista histórica do Povo Portugues, que é a Reforma Agrária,

avance e se consolide, aumente a produção, o trabalho seja garantido e criados novos postos de trabalhos e se criem condições para uma vida melhor nos campos e nas cidades. A reacção não cumprirá os seus sinistros intentos; a reacção não passará!

Assim, colocamos ao governo e ao Conselho da Revolução, algumas questões e reclamamos firmemente que lhes seja dada resolução:

1 — A tomada imediata de medidas, a nível do Governo, que impeçam as tentativas de recuperação capitalista nos campos, as pressões e acções terroristas das forças fascistas — CAP, ELP, MDLP, CDS, PPD, AOC, MRPP.

2 — A imediata expropriação de todas as terras ocupadas e outras expropriáveis, de forma a acabar com o desemprego nos campos e obter uma maior produtividade destes.

3 — A não entrega das terras áqueles que praticaram actos de sabotagem económica, procedendo-se sim à sua expropriação conforme a Lei.

4 — A efectivação de arrendamentos compulsivos sempre que as unidades colectivas de produção o julguem conveniente.

5 — A expropriação imediata das terras não integradas em unidades colectivas de produção, parte das quais deverá ser entregue a seareiros, rendeiros, pequenos agricultores, contrariando-se assim as manobras divisionistas fomentadas pelos reaccionários.

6 — A publicação imediata de medidas legislativas que permitam às organizações de classe dos trabalhadores a resolução rápida e eficiente dos problemas de desemprego.

7 — Que se criem as condições para garantir a autonomia na gestão das unidades colectivas de produção (entrega às Herdades Colectivas e Cooperativas respectivas de todos os elementos de contabilidade e meios financeiros na posse dos Centros Regionais da Reforma Agrária.

8 — A revogação imediata de todas as determinações legais e buro-

cráticas que impedem a concessão de créditos para aquisição de meios de produção indispensáveis às unidades colectivas de produção máquinas e gados e que visem impossibilitar, a partir do dia 30 de Abril de 1976, o acesso ao crédito agrícola de emergência.

9 — A imediata publicação de medidas legislativas que possibilitem a transferencia e registo a favor das Herdades Colectivas ou Cooperativas dos meios de produção máquinas e gados nelas existentes.

10 — A imediata revogação de todas as leis que protegem os grandes intermediários especuladores e rápida criação de um sistema de comercialização que permita o escoamento fácil e a preços compensadores dos produtos agrícolas das herdades colectivas ou cooperativas e dos pequenos e médios agricultores, seareiros e rendeiros, e trave o aumento desenfreado do custo de vida, protegendo-se, deste modo, as classes mais desfavorecidas.

11 — A transformação dos organismos de coordenação económica — Juntas e Institutos — em organismos públicos capazes de assegurar a comercialização, o armazenamento e distribuição da generalidade dos produtos agrícolas, e criar uma ou mais empresas públicas que assegurem o fornecimento de máquinas, adubos e todos os outros meios de produção. Estes organismos públicos deverão ser geridos com a participação de representantes dos rurais e agricultores, através dos seus sindicatos e ligas.

12 — O fim de todas as acções que visem os saneamentos à esquerda dos técnicos progressistas dos Centros de Reforma Agrária ou de outros organismos.

13 — Que acabe imediatamente a perseguição de certos elementos da GNR aos tractoristas desencantados.

14 — Que toda a ajuda em máquinas agrícolas, tractores, camions, e elementos seleccionadas, vinda de países amigos, possa chegar ao seu destino e não pague impostos alfandegários.



Que está a acontecer em Coruche?

Por outro lado, se o povo saiu à rua em defesa dos seus interesses em Beja, Évora e Portalegre, já o mesmo não se pode dizer de Coruche. Ali, os grandes rendeiros atacam o Centro de Reforma Agrária, manobram o Governo até conseguirem a selagem do CRA, por ordem do Primeiro-Ministro, na sequência de pressões exercidas pela Confederação dos Agricultores de Portugal — e tudo isto sem que o povo de Coruche consiga mobilizar-se para a luta, pois o PC apressou-se a desmobilizar, seguindo a sua tática eleitoralista e conciliadora, tentando caçar votos à esquerda e à direita.

Estão a passar-se factos muito graves que põem em perigo as conquistas dos operários agrícolas:

Primeiro houve tiros, agressões e provocações a Delegados Sindicais e a elementos do CRRA, por parte de seareiros comandados por grandes agrários e grandes rendeiros da zona, abrangidos pela Lei da Reforma Agrária.

Passados dois dias, quando os funcionários do Centro iam para o trabalho, encontraram o mesmo ocupado por grandes rendeiros e seareiros e seareiros que, ajudados por elementos da GNR, os mantinham fora do edificio e debaixo de provocações, inclusive a algumas camaradas trabalhadoras do Centro.

Diziam os ocupantes que estavam a cumprir ordens da CAP (Confederação dos Agricultores Portugueses), ex-ALA.

Qual a origem de tudo isto?

Os pequenos seareiros e rendeiros, que ainda não tinham visto resolvidos os seus problemas, dado que, não tendo querido fazer parte das Unidades colectivas de produção e não lhes tendo sido ainda destruída terra onde podessem exercer a actividade a que estavam habituados, foram manobrados pelos agrários e grandes rendeiros no sentido de por em causa a Reforma Agrária na região.

CAMARADAS TRABALHADORES! A MANOBRADA ESTÁ BEM À VISTA!

Como o problema estava a ser resolvido e tinham até já começado a distribuição de terras aos seareiros, isso foi coisa que não agradou aos grandes agrários e grandes rendeiros exploradores de proletariado agrícola. Convinha-lhes que a imagem defeituosa da Reforma Agrária fosse mantida, para assim poderem continuar a manobrar os que sempre por eles foram explorados.

E nós trabalhadores o que é que fizemos? Nada.

Porquê? Porque, apesar de prontos para dar uma lição nesses sacanas que sempre nos exploraram, não tivemos uma direcção de um verdadeiro partido revolucionário que, nos dissesse: avancem. Porque o PCP, mais uma vez não tomou as medidas revolucionárias que no momento se impunham, porque está empenhado numa eleição que todos nós sabemos que vão ser ganhas pelos partidos burgueses. Ao PC não convem entrar em conflito com ninguém, nem com os fascistas que nos querem tirar as terras que com tantos sa-

cificios conquistámos, porque tem medo de com isso terem menos votos nas eleições. Mas não é com eleições burguesas que os trabalhadores, algum dia, hão-de chegar ao poder.

Temos de ser nós a dar a devida resposta aos fascistas que querem voltar ao tempo do Marcelo Caetano!

E os camaradas seareiros? Eles só querem um ou dois hectares de terra para trabalhar e para o seu sustento e de suas famílias. Não são eles os nossos inimigos porque são tão explorados como nós.

Não se compreende é que se juntem a cana-lhas como o sr. Palha, a Maria do Castelo Barata, o Francisco Cecilio, o Emitério Lino, o Manuel Filipe, o António Caçador e outros abrangidos pela Lei da Reforma Agrária e que por isso tem manobrado os pequenos seareiros para alcançarem os seus fins.

CAMARADAS SEAREIROS!

A vossa luta não é a mesma da destes fascistas e reaccionários!

Voces tem calos nas mãos e eles, à vossa custa, querem continuar a gozar dos rendimentos!

A REFORMA AGRÁRIA TEM DE CONTINUAR!

Não podemos mais consentir que o que se passou agora em Coruche volte a acontecer, aqui ou noutro Centro, sem que a gente de, na hora exacta, o castigo merecido aos verdadeiros culpados.

Célula de operários agrícolas de Coruche do **MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA**

Hoje é crime um soldado estar ao lado do povo!

O que é que se alterou para nós, soldados, após o 25 de Novembro?

— Tínhamos **liberdade para nos reunirmos** nas nossas unidades e tomar decisões que diziam respeito a toda a unidade: havia os **plenários de unidade**.

Claro que em muitas unidades, especialmente na R.M. Norte, não havia plenário, mas já era um direito conquistado em muitas outras.

Agora não há plenário: os novos comandos das Forças Armadas que entraram com o 25 de Novembro proibem-nos as reuniões nos quartéis e dizem-nos que os soldados não têm que se reunir! Devem é obedecer aos oficiais e estes ao comandante — o princípio da «unidade» de Comando.

Temos portanto que lutar pelo direito de reunião!

— Tínhamos o **direito de nos organizarmos:** Havia as comissões de soldados em algumas unidades, havia as ADU' s e GDU' s, na Marinha havia as comissões de Bem-Estar, a CDAP, em algumas unidades havia Equipas de Dinamização Interna, havia a Comissão Nacional de Sargentos, etc.

Hoje não nos podemos organizar. Dizem-nos que não nos podemos organizar porque o comandante «é que sabe», é quem dá ordens.

— Tínhamos o **direito de estarmos informados** das manobras contra nós e contra os trabalhadores. Havia Equipas de Dinamização Interna, circulava a Imprensa Popular, tínhamos reuniões e plenários.

Agora é proibido haver informação. Só, a que

os senhores oficiais nos dão. Chamam a isto «unidade» de doutrina.

Quanto a actividades culturais mandaram-nos novamente o capelão a pregar moral e são palestras e mais palestras e discursos e mais discursos sobre ordem, aprumo, atavio, ética militar, apartidarismo e sobretudo: **DISCIPLINA!**

Na verdade o que é que pretendem de nós? Uma só coisa: **OBEDIÊNCIA!** — nós, soldados e marinheiros estamos na tropa para obedecer e mais nada: dizem-nos a toda a hora na maior parte das unidades.

Mas podemos nós aceitar isto assim sem mais nada?

Podemos aceitar que nos mandem reprimir os nossos irmãos trabalhadores que lutam contra a ditadura do capital?

Podemos nós, sem protestar, ouvir calúnias lançadas sobre os militares que foram para a prisão com o 25 de Novembro, **porque passou a ser crime neste País um militar estar ao lado do Povo?**

Lutar pelo direito à informação e organização dos soldados é pois um dos nossos objectivos principais neste momento!

Lutar pela libertação e reintegração dos militares progressistas e revolucionários presos é outro dos nossos objectivos!

E quanto a condições de vida, pois não é verdade que se estávamos mal, mal continuamos? Mas também é verdade que conseguimos algumas conquistas, que agora ou já nos tiraram ou estão a

tentar tirá-las.

Trata-se das salas comuns, bares comuns e refeitórios comuns. **Será que a oficialagem é uma casta de raça especial que não se pode misturar com os sargentos e as praças?**

Esta descriminação face a muitos milhares de homens que entram na tropa é vexatória e **mostra claramente a mentalidade reaccionária de casta que muito oficialagem possui, lá porque passou pela Academia!**

Temos que dizer a estes senhores que nós, os soldados somos tanto como eles enquanto seres humanos!

Mas somos muito mais, porque eles na sua maioria são parasitas que nada fazem e nada produzem, que só sabem dar ordens e nós somos trabalhadores das fábricas, dos campos, das oficinas, do mar, do escritório, da estrada, etc. E temos orgulho nisso!

Por isso recusamos o Exército Profissional, parasita, que esses oficiais reaccionários, criados da burguesia, querem criar!

Com esse exército irá a burguesia reprimir os nossos irmãos trabalhadores quando a PSP e a GNR já não tiverem força para os manter acorrentados à exploração que permite aos patrões encherem a pança!

Estes senhores oficiais são os chefes de um exército de mercenários!

**O Povo não quer mercenários nos quartéis!
Não ao Exército Profissional!**

Agora
não há Plenário

Hoje
não nos podemos
organizar

Agora
é proibido
haver informação



**Recusemos o exército profissional, de parasitas,
que os oficiais reaccionários,
criados da burguesia, querem organizar**